

INFORME PUBLICITÁRIO

Compromisso 99 e Uber: Carta aberta aos paulistanos e paulistanas.

Vire a página e leia a carta.

99 | Uber

INFORME PUBLICITÁRIO

Caros paulistanos e paulistanas,

Há mais de dois anos vocês estão impedidos de aproveitar benefícios como menos tempo no trânsito, mais economia e a segurança oferecida pelo serviço de moto por aplicativo que está disponível no Brasil todo, menos na sua cidade, por conta de uma proibição imposta pela Prefeitura de São Paulo.

E apesar de nossos esforços de diálogo e dos prazos estabelecidos pela Justiça para que o município criasse uma regulamentação até 10 de dezembro, não vimos nenhum avanço concreto nesse sentido.

Nos últimos meses, participamos ativamente de todos os debates sobre a regulamentação do serviço de moto por aplicativo, e queremos viabilizar aos paulistanos este serviço que foi reconhecido e protegido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, pelo Supremo Tribunal Federal e o próprio Congresso Nacional na semana passada.

As duas empresas líderes do setor, 99 e Uber, sempre defenderam uma regulamentação do serviço com regras modernas e equilibradas, capaz de enfrentar os desafios da segurança viária sem abrir mão dessa alternativa que amplia o acesso à mobilidade e gera renda para milhares de famílias.

O transporte remunerado privado de passageiros por motocicletas está previsto na Lei Federal (Política Nacional de Mobilidade Urbana), cabendo ao poder público municipal decidir se e como irá regulamentá-lo também em nível local. Às empresas, como 99 e Uber, cabe prestar seus serviços com qualidade, fornecer dados e subsídios às autoridades para decisões mais informadas e cumprir a legislação e as determinações da Justiça.

Neste cenário, com as autorizações da Justiça, não há mais por que esperar. Por isso, a 99 e a Uber vêm a público firmar um compromisso público e voluntário que será seguido quando o serviço de motoapp reiniciar na cidade de São Paulo no dia 11 de dezembro, guiado pelas seguintes premissas:

1. Compartilhamento de dados e inteligência de trânsito

Estamos prontos para efetuar a transferência de informações agregadas e anonimizadas de cada empresa ao setor público para planejamento de mobilidade, engenharia viária, redução de acidentes e campanhas de educação no trânsito, transferindo inteligência e dados valiosos para as autoridades, sempre em conformidade com a lei de proteção de dados.

2. Certificação de condutores

Exigiremos que os motociclistas tenham idade mínima de 21 anos, acima do previsto em Lei, além da CNH com EAR (Exerce Atividade Remunerada).

3. Treinamento sobre segurança

Faremos ações contínuas de formação em direção defensiva e boas práticas para os motociclistas, além de treinamentos presenciais periódicos, em parceria com instituições reconhecidas.

4. Distribuição de equipamentos

Iniciaremos um programa de doação de coletes refletivos para os condutores mais engajados.

5. Tecnologias de monitoramento

Utilizaremos tecnologia de detecção de padrões de risco (como velocidade e freadas bruscas) com base em telemetria para implementar alertas, feedbacks, conteúdo educativo e políticas de restrição. Ademais, criaremos incentivos para reconhecer e premiar condutores que adotarem práticas seguras.

Estamos dando esses primeiros passos na esperança de que os próximos venham também. A experiência em outras capitais demonstra que a cooperação entre plataformas e o poder público funciona.

Nós podemos contribuir de forma muito relevante, como estamos fazendo no Rio de Janeiro, onde aderimos ao projeto do Prefeito Eduardo Paes criado para que as plataformas possam colaborar por meio de dados para reduzir acidentes e educar os motociclistas da cidade, reduzindo os comportamentos de risco. Podemos oferecer ferramentas concretas como as tecnologias citadas acima, dados e pesquisas.

Seguiremos cooperando para que São Paulo tenha um serviço eficiente e adequado, à altura da cidade e de quem depende dele, e reiteramos o convite para que as autoridades municipais unam esforços conosco, transformando este padrão voluntário em uma regulamentação oficial e segura para São Paulo.

São Paulo, 19 de novembro de 2025.





Ariana Grande como Glinda Divulgação

Luciana Coelho
‘Wicked’
revê alegoria política de Oz

Segunda parte aborda fascismo e feminismo; no entanto, musical poderia se resolver em apenas um filme B7

esporte
Seleção volta a jogar mal e empata com a Tunísia A50

BC decreta liquidação do Master, e Vercaro é preso pela Polícia Federal

Fundo Garantidor terá de honrar R\$ 41 milhões em depósitos para 1,6 milhão de credores; banqueiro foi detido quando embarcava para o exterior, e defesa nega tentativa de fuga

O Banco Central decretou ontem a liquidação do Master, enquanto seu controlador, Daniel Vercaro, foi preso pela PF na noite de segunda-feira, em operação que investiga fraude estimada em R\$ 12 bilhões. O sócio do banqueiro também foi detido.

A decisão do BC representará a maior operação de resgate do Fundo Garantidor de Créditos, que terá de honrar R\$ 41 milhões a 1,6 milhão de credores. O anúncio ocorreu menos de 24 horas após a Fictor Holding Financeira propor a compra do Master.

Antes, o BRB (Banco de Brasília) havia tentado a aquisição, barrada pelo Banco Central. Investigadores suspeitam que o Master tenha usado o negócio para esconder carteiras falsas de crédito consignado. O presidente do BRB foi afastado do cargo.

Segundo a PF, Vercaro foi preso quando embarcava ao exterior. A defesa do banqueiro nega tentativa de fuga. **Economia A15 a A19**

Vinicius Torres Freire
Fraude tão grande só se explica por inépcia ou corrupção A18

Câmara aprova texto-base do PL Antifacção em derrota do governo

Em revés para o governo Lula (PT), a Câmara dos Deputados aprovou ontem o texto-base do projeto de lei antifacção. O texto havia sido enviado pelo Palácio do Planalto em 31 de outubro e foi modificado seis vezes pelo relator, o deputado federal Guilherme Derrite (PP-SP).

A gestão petista tentou adiar a votação sem sucesso, por discordar de algumas mudanças. Apesar da falta de consenso entre as versões do governo e a de Derrite, o objetivo do projeto é facilitar o combate às facções e endurecer a punição a integrantes desses grupos. **Cotidiano A42**

STF absolve réu na trama golpista pela primeira vez

A Primeira Turma do STF absolveu o general da reserva Estevam Theophilo por falta de provas, na primeira decisão do tipo nas ações da trama golpista. O colegiado ainda condenou nove réus, a maior parte deles do Exército. **Política A8**

MEC anula questões do Enem após live antecipar perguntas

O Ministério da Educação anulou três questões do Enem e acionou a PF após um universitário exibir cinco perguntas semelhantes no YouTube dias antes da prova. Em nota, o governo Lula (PT) falou em “lissura” do exame. **Cotidiano A39**



Rafaela Araújo/Folhapress

Troféu Raça Negra completa 25 anos e homenageia Leci Brandão

A sambista de 81 anos na cerimônia de premiação, criada em 2000 para celebrar personalidades negras, em São Paulo **Cotidiano A40**

equilíbrio
CONEXÃO
NA SESSÃO
DE TERAPIA

EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Escândalo Master

Com liquidação da instituição e prisão de seu controlador, caso deixa em definitivo de se limitar à esfera bancária, expondo conexões políticas e suspeita de práticas criminosas investigadas pela Polícia Federal

Quebras de bancos por vezes expõem, além de problemas de gestão e supervisão, conexões políticas e até suspeitas de práticas criminosas — quando se convertem em escândalos. Foi assim, por exemplo, com o Econômico e o Nacional nos anos 1990, e o caso do Master toma agora esse caminho. Nesta terça (18), o Banco Central decretou a liquidação de quase todo o conglomerado da instituição, horas depois de, na noite de segunda (17), a Polícia Federal ter prendido seu controlador, Daniel Vorcaro, em investigação de fraude estimada em R\$ 12 bilhões. Tudo está ainda por ser esclarecido e provado, como é preciso ressaltar, mas os desdobramentos certamente não se limitarão mais à esfera bancária.

Além de Vorcaro e seu sócio Augusto Lima, a Operação Compliance Zero, da PF, cumpriu outros cinco mandados de prisão, mais buscas e apreensões que incluíram a sede do BRB, banco pertencente ao governo de Brasília que em março anunciou a compra do Master, em operação posteriormente vetada pelo BC. O presidente da instituição foi afastado por decisão judicial. Já causava estranheza, desde o princípio, o negócio fechado com o banco distrital — um resíduo dos tempos, felizmente deixados para trás, em que cada unidade da Federação controlava uma ou mais instituições financeiras, em geral usadas conforme a conveniência dos governantes. São sabidas as ligações de Vorcaro com políticos como o pre-

sidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), por sua vez próximo do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). Não parece coincidência que, quando se finalizava a análise técnica da operação BRB-Master, o centrão tenha articulado um projeto descabido que permitiria ao Congresso demitir dirigentes do BC. Embora não se vejam riscos para a solidez do sistema bancário, a derrocada do Master não deixará de ter impactos traumáticos. Em especial, para o Fundo Garantidor de Créditos, formado por contribuições das instituições para cobrir parte das perdas de clientes em casos de quebra. Desta vez, o FGC arcará com até R\$ 41 bilhões para 1,6 milhão de investidores, recorde em sua história. O Master era conhecido pela

Já causava estranheza, desde o princípio, o negócio fechado com o BRB, banco pertencente ao governo de Brasília. São sabidas as relações do dono do Master com expoentes partidários

atuação agressiva no mercado, em particular com a venda de CDBs que prometiam rentabilidade elevada com a garantia do fundo bancado por todo o sistema. De acordo com a PF, fez também coisa muito pior — uma carteira de crédito fictícia vendida ao BRB. Duvida-se até do interesse divulgado pela Fictor Holding Financeira na compra do banco. É inevitável constatar que a supervisão do BC deixou a desejar na prevenção do agravamento da crise do Master. Desde que ela se tornou evidente, ao menos providências foram tomadas, em especial voltadas para a proteção ao FGC. Caberá doravante às autoridades, incluindo a PF e o sistema de Justiça, esmiuçar a extensão e a gravidade do caso, com punição dos responsáveis.

Estado precisa falar a língua da população

Lei que institui linguagem simples em comunicados de órgãos públicos favorece transparência e acesso a direitos; proibição do chamado gênero neutro deve ser considerada à luz do baixo letramento dos brasileiros

É bem-vinda a lei que institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos de todos os Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, por meio de texto sancionado por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na segunda (17). Para seguir o princípio da transparência nas democracias modernas, não basta que o poder público apenas disponibilize dados, informações e decisões, mas que o faça por meio de comunicação acessível à população. O projeto, apresentado pela deputada Erika Kokay (PT-DF) em 2019 e aprovado no Senado e na Câmara neste ano, estabelece que a gestão pública deve obedecer a

determinadas técnicas de linguagem em textos dirigidos aos cidadãos, como redigir frases curtas em ordem direta e trocar termos técnicos e jargões por sinônimos. Também não é permitido usar novas formas de flexão de gênero contrárias a normas gramaticais. Esta última regra despertou controvérsia por se referir à chamada linguagem neutra, que propõe mudanças na língua para incluir pessoas que não se identificam com o gênero feminino ou masculino — o pronome “todos” vira “todes”, adjetivos como “bonito” e “bonita” viram “bonite” ou “bonitx”, e, além de “ele” e “ela”, acrescenta-se o “elu”. A inovação é uma demanda da

comunidade LGBTQIA+ para promover inclusão e diversidade na comunicação. A questão se insere na guerra cultural que entrincheira setores à esquerda e à direita em torno de valores e temas do comportamento. Mas a lei sancionada busca apenas facilitar a compreensão de textos capazes de afetar a vida dos cidadãos num país, ressalte-se, que padece com baixos indicadores de letramento. Por óbvio, línguas não são imutáveis, mas alterações ocorrem de forma gradual, e é a partir do uso popular generalizado que elas são incorporadas aos dicionários. Ademais, mudanças na concordância entre as palavras

Para seguir o princípio democrático da transparência, não basta que o poder público só disponibilize dados, informações e decisões, mas que o faça por meio de comunicação acessível aos cidadãos

COLONISTAS

SÃO PAULO

Bolsonaro merece tratamento especial?

Hélio Schwartsman

Começou a contagem regressiva para o encarceramento definitivo de Jair Bolsonaro. É justo que ele receba algum tratamento especial? O jornal O Estado de S.Paulo acaba de publicar um editorial em que crava um “sim” à pergunta. E a linha-fina da peça desenvolve o raciocínio: “Como ex-presidente, Bolsonaro não pode ser tratado como um preso qualquer”. A Folha já defendera, em setembro, prisão domiciliar para o ex-mandatário.

Não me insurjo contra um eventual cumprimento de pena em casa, mas a forma como se chega a esse resultado faz diferença. Discordo inteiramente da ideia de que a condição de ex-presidente justifique regalias.

Um dos pontos altos da huma-

nidade foi ter desenvolvido a noção de igualdade republicana, que rejeita ou ao menos limita fortemente distinções jurídicas entre cidadãos. Sociedades ocidentais começaram a dar certo depois que aboliram ou reduziram a meros simbolismos as diferenças entre nobres e plebeus. Até Augusto, o primeiro imperador romano e um dos mais ambiciosos, tomava o cuidado de fazer-se chamar “primus inter pares” (“o primeiro entre iguais”), afetando não ser diferente de nenhum outro patricio.

Voltando ao indigesto ex-presidente, não penso que seja impossível conciliar o princípio igualitário com uma domiciliar. É só basear a decisão não numa dignidade especial inerente ao cargo mas no fato de que o Estado tem a obriga-

ção de zelar pela saúde de todos os que estão sob sua custódia. E a saúde de Bolsonaro, gostemos ou não, é frágil. É claro que, se for esse o caminho escolhido pelo STF, seria preciso estender o benefício a todos os presos em situação semelhante. O tribunal criaria para si a obrigação moral de organizar um megamutirão para mandar para casa dezenas de milhares de presidiários com saúde frágil.

Haveria justiça poética num desfecho desses. O presidente durão contra o crime seria causa indireta da soltura de uma legião de criminosos condenados. Ele também faria avançar a causa do humanismo penal, bandeira que até a esquerda covardemente renunciou.

helio@uol.com.br

Trump está caindo

Ao que parece, seu movimento Make America Great Again perderá as eleições de meio de mandato daqui a um ano

Deirdre McCloskey

Economista, é professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

Seja o primeiro a receber a notícia: Trump está caindo. Ao que parece, seu movimento Make America Great Again, o Maga (Torne a América Grande Novamente), que dominou o Partido Republicano, perderá as eleições de meio de mandato em novembro de 2026, de forma decisiva. Trump não conseguirá implementar seu anunciado plano de derrubar a Constituição e se tornar rei vitalício. O Congresso começará a investigar seus crimes em vez de defendê-lo, como fez até agora.

Seu índice de aprovação caiu para 36% do eleitorado. Um terço dos eleitores americanos é instintivamente autoritário. Eles querem um pai, para amá-lo apaixonadamente. Mas o número de um terço é válido praticamente para qualquer sociedade, como mostra Anne Applebaum no brilhante “Twilight of Democracy: The Seductive Lure of Authoritarianism” (O ocaso da democracia: a atração sedutora do autoritarismo, em tradução direta).

Ela observa que testes psicológicos revelam que um terço dos seres humanos odeia novidades. As novidades de uma sociedade livre os assustam. Eles sentem saudade de uma era dourada imaginária em que papai estava no comando e o mundo era organizado. Como diz a bandeira brasileira, eles querem ordem. Dane-se o progresso. Na era dourada, os caras durões

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

Vale-refeição aberto: concorrência para fortalecer o prato do trabalhador

É preciso agora um acompanhamento regulatório contínuo para evitar novas formas de concentração de poder, beneficiando consumidor e empreendedor

Claudio Ribeiro de Lucinda

Professor titular da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP)

Brasil inicia uma fase histórica no mercado de vales-refeição ao aprovar a interoperabilidade dos vouchers: essa medida enfrenta o oligopólio antigo, reduz custos para os comerciantes e devolve protagonismo ao trabalhador e à economia real. A abertura representa não só o início de uma concorrência mais saudável —capaz de dinamizar investimentos, gerar empregos e baratear a comida fora do lar—, mas também uma vitória da sociedade contra um modelo fechado que drenava renda dos pequenos negócios e limitava o impacto social do programa. Fundamental, entretanto, será o acompanhamento regulatório contínuo para evitar novas formas de concentração de poder e garantir que o dinheiro circule livremente, beneficiando o consumidor e o empreendedor na ponta. Depois de anos de intensas discussões, esse avanço é uma conquista ancorada no diálogo entre governo, associações e empresas. O PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) é essencial: aten-

de mais de 20 milhões de trabalhadores e movimenta cerca de R\$ 150 bilhões por ano, segundo estimativas do mercado. Grande parte desse montante passa diariamente por bares, restaurantes e padarias —mas, até hoje, era gerido por poucas empresas, com taxas elevadas e ausência de inovação. Os empreendedores chegam a pagar em torno de 10% por cada transação dos vales, além de mensalidades fixas e até taxas de antecipação —num modelo que, veja bem, é pré-pago: o dinheiro entra antes, mas o restaurante só recebe 30 dias depois. Um total contrassenso, que só se sustenta porque o mercado é fechado e o poder está concentrado nas mãos de quatro empresas. O impacto era sentido principalmente pelos pequenos negócios, de margem apertada, que viam seus lucros evaporarem ou precisavam repassar preço ao cliente. No final, o trabalhador acabava penalizado, preso num ciclo perverso de menos competitividade, menos renda e menos emprego.

A abertura dos vales muda esse cenário, estimulando a concorrência entre emissores e adquirentes, reduzindo taxas e promovendo inovação —como ocorreu no mercado de cartões anos atrás, cujo destravamento sustentou o crescimento do setor. Para além da abertura dos arranjos, a redução nos prazos de pagamento para os restaurantes é de fundamental importância. Agora, estima-se redução de até R\$ 10 bilhões em custos, dinheiro que retorna para investimento, geração de emprego e alimentação mais acessível. Os restaurantes tendem a repassar parte desse ganho ao consumidor, ajudando a segurar preços e conter inflação nos alimentos fora do lar. A abertura do vale-refeição traz o ar que o setor precisava para respirar. Quando há concorrência real entre emissores e adquirentes, as taxas caem, o serviço melhora e a inovação aparece. Isso não é novidade: foi assim no mercado de cartões há uma década, quando o jogo deixou de ser

Quando há concorrência real entre emissores e adquirentes, as taxas caem, o serviço melhora e a inovação aparece. Isso não é novidade: foi assim no mercado de cartões há uma década, quando o jogo deixou de ser exclusivo

exclusivo, as taxas despencaram, os prazos encurtaram e o comércio ganhou um fôlego que até hoje sustenta o crescimento do setor. A história tem tudo para se repetir. No entanto, há que se manter a vigilância: Toda vez que o Brasil avança na direção da abertura, aparecem tentativas de contornar o espírito da lei: novos nomes, novas embalagens, novos “arranjos fechados” disfarçados de modernidade, mas com o mesmo resultado: aumento de custos, dependência e menos liberdade de escolha. Os bares e restaurantes sabem bem o que é lidar com plataformas digitais, que, de parceiras, viram quase donas do pedaço, arrancando uma fatia relevante do faturamento, ampliando seu poder para mercados vizinhos e impondo condições que asfixiam o pequeno empresário. Nós sabemos que isso precisa acabar. A abertura dos vouchers precisa ser o início de uma nova fase, com o país combatendo estruturas de poder excessivo e garantindo liberdade de escolha. Tanto o Congresso quanto o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) têm papel decisivo nesse processo, permitindo acesso justo a todos os agentes. Mais do que técnica, essa agenda é de eficiência econômica e justiça social: trata-se de possibilitar que o dinheiro do benefício vá direto para quem produz e consome, fortalecendo o pequeno negócio e ampliando o alcance social do programa. Estamos mais próximos de transformar essa promessa em realidade.

Derrubada de árvores na Lapa é escândalo político e moral

Não há justificativa técnica que permita a destruição de bosque urbano em São Paulo; gestão pública se faz com escuta e responsabilidade coletiva

Marcelo de Trói e Eduardo Caldas

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor
leitor@grupofolha.com.br

Luto na música

“Morre Jards Macalé, artista transgressor que marcou a MPB, aos 82 anos” (Ilustrada, 17/11). O outro lado está cada vez melhor. **Maria Stela Morato** (São Paulo, SP)

*

Tive a honra de ser vizinha dele quando morei no Rio. Tratava todo mundo do mesmo jeito. Simples e sensacional. Poeta, artista. Obrigada, Macalé! **Moara Semeghini** (Campinas, SP)

*

É muito fácil ficar viciado na música totalmente desprovida de modismo de Macalé. Vou, volto e esbarro nela, em busca de compreender a minha essência de brasileiro. Grande poeta! **Francisco Cruz** (São Paulo, SP)

Fala polêmica

“Premiê da Alemanha critica estadia no Brasil ao enaltecer ‘beleza’ de seu país” (Ambiente, 17/11). Ninguém é obrigado a gostar de nenhum lugar. Belém fica no meio da floresta amazônica, tem belezas e defeitos e o seu clima, para quem vem do hemisfério Norte, é difícil de encarar. Porém acho deselegante para um chefe de Estado falar nesse tom. Mentir não é bom também, mas dá para ser sincero e educado. **Marcia Dal Prete** (São Paulo, SP)

*

Promover um evento internacional em uma cidade que não oferece nem a infraestrutura básica de saneamento à população local, sem rede hoteleira adequada, em um circo improvisado, foi jocoso demais. Temos diversas capitais no país, mas tinham que escolher uma que deixasse os visitantes impactados negativamente com o Brasil.

Alberto Kiess
(Rio de Janeiro, RJ)

Banco Master

“BC anuncia liquidação do Banco Master” (Economia, 18/11). Existem muitos furos nesta história, muito lobby político para o banco podre não ter sido liquidado até agora. O dinheiro dos nossos impostos vai para o ralo com esse tipo de instituição financeira. As fintechs deveriam pagar os mesmos impostos, ter a mesma exigência de capital, além de sofrer a mesma fiscalização dos bancos. Esse caso ainda vai ser se tornar escândalo maior, a não ser que os políticos encobertem toda a história.

Igor Cornelsen
(São Paulo, SP)

*



O músico Jards Macalé em 1973; artista transgressor que marcou a MPB morreu aos 82 anos na segunda-feira (17) Acervo UH-14.abr.73/Folhapress

Invasão a escola

“Sargento da PM intimida diretora de escola da filha por atividade sobre orixás; policiais armados invadiram o local” (Cotidiano, 18/11). Puro ato de preconceito e abuso policial. Para isso serve a escola, para formar cidadãos mais humanos, que respeitem e valorizem as diferenças culturais. Se esse policial tivesse acesso a esse tipo de conteúdo na escola provavelmente não teria esse tipo de comportamento quando adulto. **Susan Okuno** (Piumhi, MG)

*

Acho admirável a incapacidade de boa parte dos cristãos, como esse policial, de se perguntar: se Jesus estivesse na minha situação, qual seria a sua atitude? E usar essa referência como guia para serem pessoas melhores e realmente seguirem o exemplo que ele deixou.

PAINEL

Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Bom dia a cavalo

Em trocas de mensagens nesta terça (18), membros da gestão Ibaneis Rocha (MDB) mencionaram clima de fim de mandato após a operação contra BRB e Master. A avaliação é que o governador se envolveu demais na compra da instituição privada pela pública, que deveria ter ficado em nível técnico. “Tiramos o BRB da PF, como estava no governo anterior, e levamos à Faria Lima”, disse ele, após o negócio ser anunciado. Já quando o BC barrou a negociação, acusou PT e PSB de terem influenciado na decisão.

PRESTIGIADO O temor de aliados é que novas revelações inviabilizem de vez a candidatura de Ibaneis ao Senado, que já enfrenta um campo congestionado na direita, com a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e a deputada Bia Kicis, ambas do PL, se apresentando. Presidente do MDB, Baleia Rossi diz que o plano está mantido. “Não muda nada. Ele [Ibaneis] é candidato ao Senado”, diz ao PAINEL.

NA BOCA DO POVO A operação abalou o projeto de Ibaneis de tornar o BRB uma bandeira forte de sua gestão. Uma das vitrines era o fato de o banco, que tinha 615 mil correntistas em 2018, ter chegado a 9,6 milhões em agosto de 2025. Também houve investimento alto para nacionalizar a marca, com gastos de R\$ 129 milhões em 2023 e diversos patrocínios, como ao Flamengo e ao piloto de F1 Gabriel Bortoleto.

LUPA Ex-governador do DF, o deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB) começou a recolher assinaturas para uma CPI para investigar as suspeitas de fraudes financeiras na relação entre o Banco Master e o BRB. Ele diz que a operação da PF “expôs a fragilidade do sistema financeiro”.

PENTE FINO A AGU entrou com 153 ações de janeiro a outubro deste ano para tentar reaver R\$ 54,5 milhões para o INSS em casos envolvendo acidentes de trabalho e doenças ocupacionais provocadas pelo descumprimento de normas de segurança e saúde no trabalho. As ações se baseiam em lei que prevê que a Previdência Social poderá entrar na Justiça contra responsáveis em casos de negligência às normas padrão de segurança e higiene no trabalho.

REFLORESTAMENTO O ministro do STF Flávio Dino determinou que o governo Tarcísio de Freitas apresente em até 30 dias úteis um plano de recomposição dos quadros de pesquisadores ambientais em São Paulo. A decisão se deu após ação do PSOL. No começo do mês, o governador sancionou lei que promove alterações na carreira de pesquisador científico.

VEJA BEM Em nota, o governo de SP afirma que a nova lei fortalece a ciência pública paulista, moderniza o sistema de cargos e salários e garante progressão baseada em mérito e transparência remuneratória.

CARTA... O PT definiu que seu congresso partidário, marcado para abril de 2026, será uma espécie de “Constituinte” da legenda. Haverá atualização do estatuto e do programa político, além de aprovação de um programa de governo para a candidatura à reeleição de Lula, no ano que vem.

...MAGNA “Vamos discutir desde a ideologia partidária até o funcionamento interno e os temas da conjuntura, sem restrições”, diz o secretário-executivo do evento, deputado Jilmar Tatto (SP).

Com Danielle Brant e Guilherme Seto



Os membros da Primeira Turma do STF em julgamento de núcleo da trama golpista Antonio Augusto/Divulgação STF

STF absolve pela 1ª vez réu em trama, torna mais 9 culpados e acumula 24 condenações

Primeira Turma considerou não haver provas para penalizar Estevam Theophilo; sentenças de outros envolvidos variam entre 1 e 24 anos

Ana Pompeu e José Marques

Continuação da pág. A8

É a primeira vez que Moraes se posiciona pela absolvição de um réu da trama golpista. Antes, dois envolvidos no mesmo núcleo não foram tornados réus pelo colegiado no recebimento da denúncia.

Ao ler seu voto, Moraes afirmou que os militares tentaram cooptar o Alto Comando do Exército para aderir ao plano de manter Bolsonaro no poder após a derrota para Lula (PT) em 2022.

Segundo o ministro, isso ocorreu na reunião dos militares com formação em Operações Especiais, os “kids pretos”, no fim de novembro de 2022. Eles aproveitaram que o Alto Comando do Exército estava reunido em Brasília para juntar os assistentes dos generais em uma confraternização.

“A ideia era pegar aqueles que tinham muita proximidade [com o Alto Comando]”, disse o ministro sobre a reunião. “Vários núcleos repetiram em sustentações orais e memoriais que ‘os subordinados nas Forças Armadas não exercem influência em relação aos seus comandantes’. Não é verdade”, disse.

Cármen Lúcia rebateu um dos argumentos das defesas de que integrantes militares de hierarquia inferior não possam tentar influenciar superiores.

“Não há que se falar que pessoas de hierarquia inferior não possam atuar para pressionar superiores. Não há possibilidade de

Veja julgados do núcleo militar da trama golpista

STF absolveu general e condenou 9 acusados

O que está sendo julgado

Dez réus formam grupo acusado de incitar militares a aderir ao golpe e operacionalizar plano para matar autoridades

Absolvido



Estevam Theophilo
General do Exército

Responderam por:

- Incitação à animosidade contra as Forças Armadas
- Associação criminosa



Márcio Nunes de Resende Jr.
Coronel do Exército



Ronald Ferreira de Araújo Jr.
Tenente-coronel do Exército

Saldo da trama golpista

STF já julgou 25 acusados na trama golpista



Condenações

Esse é o núcleo três da trama golpista a ser julgado no Supremo. Os primeiros réus condenados foram os integrantes do núcleo central da trama —o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) recebeu 27 anos e três meses de prisão

Responderam por:

- Organização criminosa armada
- Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito
- Tentativa de golpe de estado
- Dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio público
- Deterioração de patrimônio tombado

política



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), em evento no interior do estado João Valério - 14.nov.25/Divulgação G4 Valley

Tarcísio tenta articulação no Supremo para evitar ida de Bolsonaro à Papuda

Político prega atuação nos bastidores, sem holofotes, após pressão de bolsonaristas; corte publicou acórdão da decisão que rejeitou o primeiro recurso do ex-presidente

Bruno Ribeiro

SÃO PAULO O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), trabalha nos bastidores para tentar convencer ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) a manter Jair Bolsonaro (PL) em prisão domiciliar e evitar uma possível transferência para o Complexo Penitenciário da Papuda depois do trânsito em julgado da ação da trama golpista.

A articulação ocorre em meio a cobranças de bolsonaristas tanto por investidas junto à corte quanto por uma defesa pública enfática da inocência do ex-presidente,

condenado a 27 anos e três meses de prisão sob a acusação de liderar tentativa de golpe de Estado.

Há preocupação de Tarcísio, porém, em evitar que a atuação ganhe holofotes. Segundo interlocutor do governador, ele afirma que opera melhor quem trabalha em silêncio e que apenas as pessoas que precisam saber de sua movimentação estão a par dela.

Aliados de Bolsonaro avaliam que Tarcísio teria poder de influência e desfez o mal-estar com o tribunal após atacar o ministro Alexandre de Moraes na manifestação de 7 do Setembro, na avenida Paulista, chamando-o de

ditador e dizendo que ninguém aguentava mais sua tirania.

Em julho, outra atuação de Tarcísio em favor de Bolsonaro terminou com revés. Após visitar o ex-presidente, o governador telefonou para membros do Supremo e, na versão de interlocutores dos ministros, pediu o passaporte do ex-presidente de volta, sob o argumento de que ele poderia interceder junto a Donald Trump na crise do tarifaço imposto ao Brasil. Os magistrados acharam a ideia esdrúxula.

Tarcísio, contudo, mantém até hoje a aliados a versão de que nunca fez esse pedido e que a

177

capacidade total de detentos na ala de idosos do Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal

340

quantidade de presos atualmente na ala de idosos no presídio, que pode abrigar Jair Bolsonaro (PL) em cela especial

conversa havia sido apenas uma prospecção acerca do que ele e Bolsonaro poderiam fazer para atenuar as sobretaxas.

O governador foi procurado para falar sobre a nova movimentação, mas não fez comentários.

No final de semana, um artigo publicado pela Folha de autoria de Fabio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação da Presidência da República, afirmava que a prisão de Bolsonaro “é injustiça que corrói”. Entre bolsonaristas, um dos comentários em repercussão ao texto foi o de que Tarcísio é quem deveria ter feito uma manifestação desse tipo.

Além disso, pegou mal entre apoiadores de Bolsonaro uma declaração de Tarcísio nas redes sociais dizendo que o Brasil precisa “trocar o CEO”, em um ataque direto a Lula (PT). Para uma ala do grupo, a frase é mais um indicativo de que o governador prepara sua

política

IA generativa precisa ser banida das peças de comunicação pública

Opinião

Quando Estado adota representantes artificiais, linha entre campanhas públicas e ficção se dissolve; democracia não pode servir de laboratório para estratégia sintética financiada pelo contribuinte

Luciano Huck
Apresentador e empresário

Enquanto não houver salvaguardas robustas, o setor público e, por extensão, campanhas eleitorais financiadas com recursos públicos deveriam ser proibidos de veicular áudios e vídeos produzidos por inteligência artificial generativa. Hoje, esses conteúdos sintéticos confundem autoria, distorcem fatos e ampliam assimetrias de poder entre Estado, candidatos e cidadãos. Em períodos de eleições, esse desequilíbrio cria um grave risco sistêmico.

Por quê? Porque o Estado é fonte institucional de informação e parâmetro de autenticidade para o cidadão. Quando ele passa a adotar representantes artificiais ou clonar suas autoridades, a linha entre comunicação pública e ficção se dissolve — e o prejuízo reputacional recai sobre toda a administração. Isso ocorre mesmo quando a intenção é boa. Em 2024, o secretário de Estado do Arizona usou um vídeo de si mesmo gerado por IA para treinar e alertar equipes eleitorais sobre deepfakes. Embora claramente identificada como simulação, a iniciativa evidenciou o problema: a própria autoridade se tornou indistinguível de uma criação sintética. Se isso já causou estranhamento num ambiente de treinamento, imagine na

comunicação de massa.

Existem outras duas ameaças ainda mais graves. A primeira é a manipulação emocional e estética. A IA generativa facilita a fabricação de autoridade e memória para influenciar o comportamento político. Vimos isso muitas vezes no ano passado: na Indonésia, com a viralização de um deepfake do ditador Suharto, morto havia décadas, pedindo votos; na Índia, com imagens falsas de atores de Bollywood declarando apoio eleitoral; nos EUA, com telefonemas automáticos usando a voz clonada do presidente Joe Biden para desestimular eleitores a irem às urnas; e no México, com vídeos fraudulentos com uma versão sintética da então candidata Claudia Sheinbaum promovendo “oportunidade financeira” em pleno ciclo eleitoral.

A segunda ameaça é a da competição desleal. Quantos não irão cair na tentação de usar o dinheiro do contribuinte para microsegmentar e inundar a internet com peças baratas de propaganda, impulsionando a máquina oficial (ou máquinas partidárias) e esmagando o dissenso? Quem controlará o volume, a frequência e o tom dessas mensagens artificiais? É viável assegurar direito de resposta em tempo real quando se lida com verdadeiras usinas de montagens de mentiras? Como garantir a igualdade de condições, a paridade de ar-

mas, o equilíbrio democrático?

Alguns poderão contra-argumentar destacando benefícios da IA generativa, como eficiência, acessibilidade e contenção de custos. São ganhos legítimos, sim. Mas eles não dependem de IA generativa. Podem ser alcançados com outras ferramentas de IA e processos humanos auditáveis — até que existam marcos regulatórios, fiscalização e uma cultura cívica capazes de impedir abusos em larga escala.

“Mas o setor público já usa atores e encenações. Qual é a diferença?”, outros poderão rebater. A diferença é essencial. Atores e encenações seguem códigos culturais e legais consolidados (créditos, sindicatos, direito de imagem). E há um limite físico: nenhum ator é, de fato, a personagem/autoridade que representa. Já a IA simula identidade, clona vozes e recria rostos da própria autoridade — ou inventa “representantes” com aparente estatuto oficial. Em telas pequenas, tudo acaba parecendo verdadeiro. Ou pior: a ambiguidade fortalece o “dividendo do mentiroso” e, num futuro próximo, até áudios e vídeos autênticos poderão ser descartados como falsos. Essa perspectiva, de completa desmoralização da comunicação pública, é aterrorizante. Correr tal risco é inaceitável, sobretudo se financiado com verba pública.

Esta é uma pauta oportuna e

BC anuncia a liquidação do Banco Master, e Polícia Federal prende Daniel Vorcaro

FGC terá de honrar R\$ 41 bilhões em depósitos para 1,6 milhão de credores, na maior operação de resgate da história; apenas Will Bank foi preservado devido ao interesse de investidores em adquirir o banco digital

Nathalia Garcia, Adriana Fernandes e Constança Rezende

BRASÍLIA O Banco Central decretou nesta terça-feira (18) a liquidação do Banco Master, enquanto a Polícia Federal prendeu seu controlador, Daniel Vorcaro, suspeito de tentar fugir do país.

A prisão do banqueiro foi mantida pela Justiça Federal do DF após audiência de custódia, e advogados dele pediram que ele ficasse na carceragem da corporação na zona oeste da capital por questão de segurança.

A liquidação é adotada quando o BC avalia como irrecuperável a situação da instituição financeira. Nesse caso, o funcionamento é interrompido, o banco é retirado do sistema financeiro nacional. O Master vinha enfrentando dificuldades para honrar seus compromissos, e seus negócios viraram alvo de investigação da PF por suspeita de irregularidades em carteiras de crédito.

O BC afirmou em comunicado que a decisão foi motivada “pela grave crise de liquidez do conglomerado Master” e por “graves violações às normas que regem a atividade das instituições integrantes do SFN [sistema financeiro nacional]”.

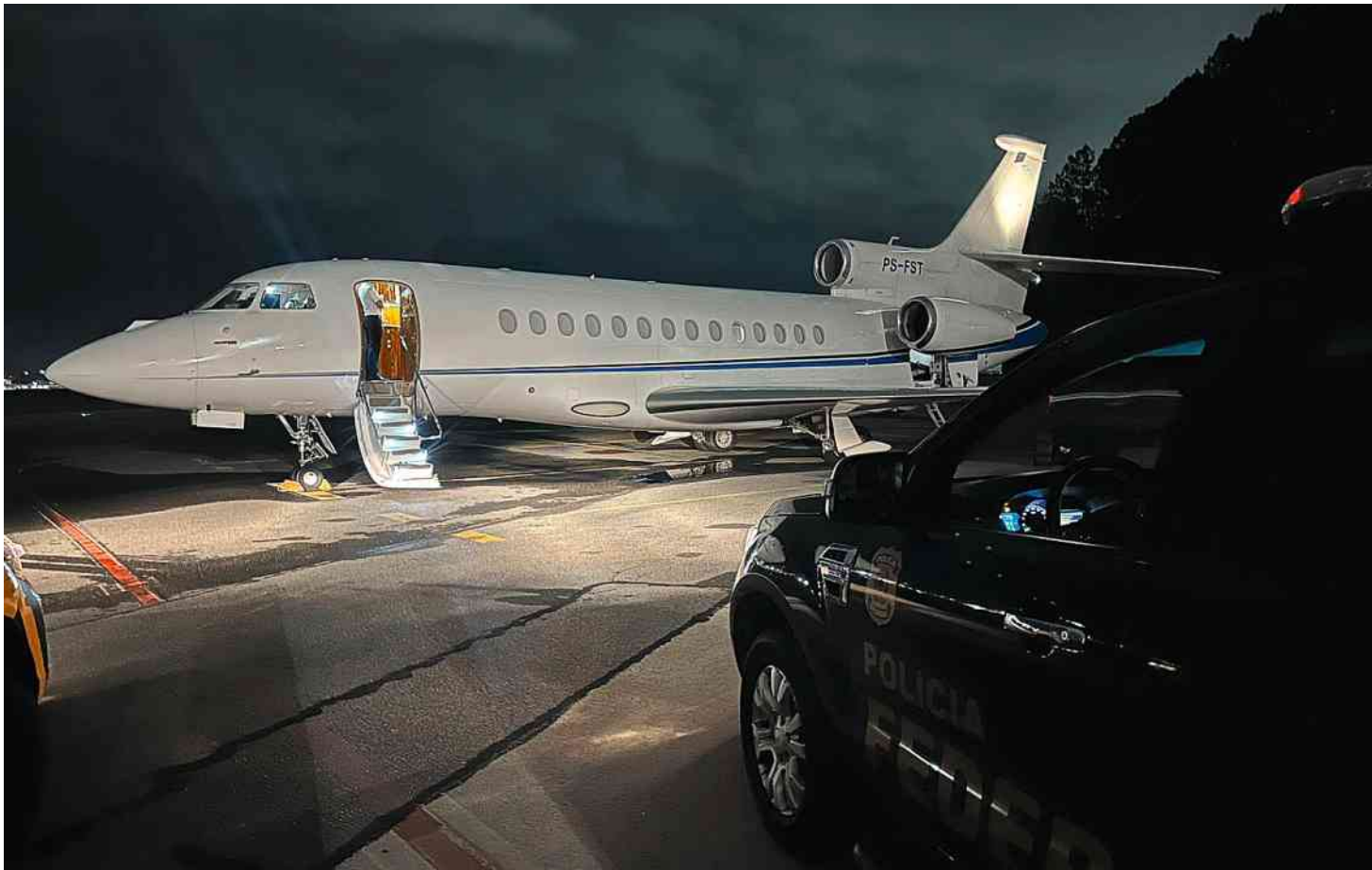
A liquidação do Banco Master deve representar a maior operação de resgate da história do FGC (Fundo Garantidor de Créditos), que precisará honrar R\$ 41 bilhões para cerca de 1,6 milhão de credores com depósitos e investimentos elegíveis ao pagamento da garantia (de até R\$ 250 mil por CPF). A avaliação é que o caso não traz risco para o sistema financeiro, uma vez que o FGC tem R\$ 122 bilhões em caixa.

O BC também colocou o Banco Master Múltiplo, que integra o conglomerado, sob regime de administração especial temporária por até 120 dias. Apenas o Will Bank foi preservado devido ao interesse de investidores em adquirir o banco digital.

Vorcaro foi preso na noite de segunda (17), em São Paulo. Segundo integrantes da corporação, havia uma suspeita de que ele poderia deixar o país para evitar a prisão. Ele se preparava para embarcar em um jatinho para o exterior.

Os advogados de Vorcaro negam fuga e dizem que o banqueiro estava viajando a Dubai para tratar da venda da instituição. Na véspera, a Fictor Holding Financeira, pouco conhecida no mercado, havia anunciado uma proposta de compra, em consórcio com investidores dos Emirados Árabes, que não tiveram a identidade revelada.

Segundo um interlocutor a par das negociações, havia desconfiança com relação às tratativas entre Vorcaro e os árabes, e o anúncio



Falcon 7X atribuído pela PF a Daniel Vorcaro; banqueiro foi detido ao tentar deixar o país pelo aeroporto de Guarulhos Divulgação PF

Medida não afeta custo de captação de bancos médios

Os bancos médios não viram seu custo de captação de recursos via depósitos subir nesta terça (18) depois que a liquidação do Master foi decretada, dizem pessoas que acompanham os papéis.

economia

PAINEL S.A.

Stéfanie Rigamonti
painelsa@grupofolha.com.br

Sumiço da carteira

Quando o banqueiro Daniel Vorcaro assumiu o controle do antigo Banco Máxima, que passou a se chamar Master em 2019, a instituição iniciou uma rápida expansão de sua carteira de crédito consignado, chegando a um crescimento de 200% apenas em 2022. O balanço divulgado logo após o anúncio de compra do banco pelo BRB, porém, mostra um desmonte dessa posição em 2024 após a transferência de ativos para compradores não informados pelo Master. Conforme a **Folha** noticiou, investigadores suspeitam que o banco tenha usado o negócio com o BRB para esconder carteiras falsas de consignado.

SALVAMENTO A suspeita é que carteiras formadas por tomadores de crédito inexistentes foram vendidas ao banco de Vorcaro e, depois, compradas pelo BRB em dezembro do ano passado. O balanço de 2024 do Master diz que a instituição levantou R\$ 1,7 bilhão naquele ano com a transferência de sua carteira de consignado, mas não informou quem seria o comprador. Com a venda, essa linha do balanço do banco recuou 64%, somando R\$ 919 milhões. Em 2023, o banco tinha mais de R\$ 2,5 bilhões na carteira. Consultada, a assessoria de Vorcaro disse que está à disposição para cooperar com as autoridades.

CASAMENTO... O Banco do Brasil protocolou no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) resposta a um inquérito administrativo aberto no mês passado pela superintendência-geral, que investiga práticas de venda casada na oferta de crédito rural. A Abdagro (Associação Brasileira de Defesa do Agronegócio) acusa a estatal de subordinar financiamentos à compra de seguros e consórcios.

...OFICIALIZADO Ao Cade, o Banco do Brasil se defendeu dizendo que, nos casos em que vincula um seguro para a concessão de crédito, ele segue uma obrigatoriedade legal, conforme regras do Banco Central. A estatal cita no processo o Manual do Crédito Rural, que exige que as operações de crédito de custeio de até R\$ 200 mil para empreendimentos conduzidos sob as condições do zoneamento agrícola de risco climático sejam asseguradas pelo Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) ou pelo seguro agrícola.

CÚTIS DOS BTS A Cimed prepara o lançamento da CBeauty, nova marca de cosméticos desenvolvida com tecnologia sul-coreana e inspirada na tendência global K-Beauty. A novidade marca a expansão no segmento de skincare (cuidados com a pele) da companhia, que faturou R\$ 3,6 bilhões no ano passado. Os produtos devem chegar às farmácias no segundo semestre de 2026. Com o lançamento, a Cimed quer trazer uma solução nacionalizada para os fãs dos K-Beauty. A importação pelo Brasil de produtos de skincare da Coreia do Sul teve crescimento anual de 57% em 2024.

TRANSIÇÃO... Apenas 7% dos empregos formais em companhias de energia limpa no Brasil são ocupados por mulheres negras, segundo estudo do Ceert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) apresentado durante a COP30.

...JUSTA? O levantamento mostra predominância masculina e branca em todos os segmentos. Em empresas ligadas a fontes limpas (solar, eólica e biomassa), 86% dos vínculos são de homens. No setor hídrico, apenas 31,2% dos empregos são ocupados por pessoas negras. Também há baixa presença de pessoas indígenas, que representam entre 0,2% e 0,4%.

com Fernanda Brigatti



Daniel Vorcaro, do Banco Master, liquidado pelo Banco Central Ana Paula Paiva - 2.dez.19/Valor/Agência O Globo

Vorcaro simulou venda para Fictor a fim de tentar fugir do país, dizem investigadores

OUTRO LADO Banqueiro iria para Dubai tratar da negociação, segundo defesa; holding afirma

economia

Delação, centrão, direitão e Master

Fraude tão grande só se explica por inépcia total ou por corrupção

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Daniel Vorcaro tinha amigos importantes em Brasília, a gente está farta de ler e ouvir faz meses, ainda mais agora, quando o futuro ex-dono do Banco Master está na cadeia. Fazia lobby, eventos, jantares, tal como quase qualquer empreendedor, digamos, que não vai a passeio à capital.

Ele, sócio e parentes tinham amigos no centrão e no direitão. Esse rumor sabidão de “bastidores”, porém, diz quase nada até sobre a dúvida mais óbvia sobre esse rolo, um escândalo que pode empatar com o da Americanas em roubança.

Segundo investigações, o BRB, banco do governo do Distrito Federal, dava dinheiro para o Master, antes e depois da decisão oficial de comprá-lo. Como assim? O BRB comprava dívidas a receber, créditos, fictícias do Master (no caso, consignados).

Instituições financeiras costumam comprar dívidas a receber, com desconto (tornam-se, assim, os novos credores). Como esses créditos inexistiam, fraude grotesca, jamais renderiam pagamento. Provavelmente seriam dados como perdas (calotes) e sumiriam no balanço do BRB.

Se o BRB não quebrasse ou um prejuízo grande não aparecesse escandalosamente de uma vez só, seria um crime perfeito, pago pelo governo e pelos moradores do DF.

Na hipótese mais benigna, um bando de incompetentes absolutos do BRB achou que o Master seria um bom negócio. Pior ainda: não viu que os créditos eram terrenos grilados na Lua. Assim teriam convencido o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, a aprovar o negócio.

Suponha-se que a direção do banco soubesse de fraudes. Antes da decisão da compra, o Banco Central já duvidava dos créditos. A Comissão de Valores Mobiliários suspeitava de investimentos de mais de bilhão em empresas pequenas.

Segundo Ibaneis, as tratativas haviam começado seis meses antes da decisão de compra (coincidiam com entregas de dinheiro para o Master, pois). Só o pessoal do banco estaria metido no que as autoridades dizem ser mutreta grossa? Quem mais levou dinheiro para incentivar ou facilitar a mutreta?

Depois da decisão de compra (fim de março), ficavam ainda mais evidentes problemas além de passivos perigosos (os CDBs inflados) e ativos problemáticos (precatórios): os tais créditos fictícios. Por que se insistiu na compra do Master?

Quando o negócio foi vetado, em setembro, Ibaneis disse que o BC agira sob pressão da esquerda. Estava iludido ainda por Paulo Henrique Costa, presidente do BRB? Quem mandou fazer o negócio do Master? Por quê? Se o objetivo era apagar a suposta sujeira do balanço do Master, quanto custaria o serviço? “Operadores políticos” levaram dinheiro?

Entre amigos de Vorcaro, estava gente do centrão e direitão, possíveis aliados de Ibaneis, mesmo tipo de gente que inventou aquele projeto de lei para dar ao Congresso poder de demitir a direção do BC, justo quando o BC decidia o caso Master. Hum. Aliás, por que o fundo de previdência de servidores do Rio de Janeiro, governado por Cláudio Castro (PL), bolsonarista, botou dinheiro em papéis do Master?

O Master recebeu R\$ 16,7 bilhões do BRB entre julho de 2024 e outubro de 2025, segundo investigações da PF e do Ministério Público. Desse dinheiro, ao menos R\$ 12,2 bilhões eram aqueles créditos fictícios. No caso de mutreta, renderia comissão g

economia

Governo Lula chega ao fim de 2025 com colchão de R\$ 24 bi para segurar despesas

Espécie de poupança feita ao longo do ano, 'faseamento' restringe autorização de gastos para equilibrar ritmo de execução de despesas

Adriana Fernandes

BRASÍLIA O governo Lula (PT) chega ao fim deste ano com uma espécie de colchão de R\$ 24 bilhões para segurar despesas e permitir o cumprimento da meta fiscal de 2025, por meio de uma trava que impede ministérios de carimbar novos gastos.

O mecanismo funciona como uma “poupança” feita durante o ano, afirma o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães. Chamado de “faseamento”, ele restringe a autorização de gastos dos ministérios ao longo do tempo para que o ritmo de execução das despesas seja compatível com a previsão de arrecadação das receitas.

“É um colchão. Apesar de não ter um nome de contingenciamento nem de bloqueio, o cara lá no sistema dele [ministérios e órgãos] não consegue gastar”, afirma ele.

O faseamento restringe a fase de empenho dos gastos, ou seja, o momento em que o governo faz a reserva de recursos para quitar o débito no futuro, após a entrega do produto ou serviço. É o primeiro nível de execução do gasto público.

Uma corrida dos ministérios para empenhar os gastos ao longo do ano acabaria dificultando posteriormente uma ação do governo para conter despesas, em caso de necessidade para evitar o estouro da meta de déficit zero em 2025. O risco seria o governo chegar ao fim do ano sem ter espaço suficiente para congelar as despesas, se houver frustração na projeção de receitas.

Segundo Guimarães, o orça-

mento passa a ser liberado em etapas. A cada bimestre, o governo autoriza um limite de gastos que pode ser empenhado, enquanto uma parcela dos recursos permanece temporariamente reservada. No bimestre seguinte, essa fatia pode ser liberada, conforme a atualização das estimativas de receita e despesa e o espaço definido pelas regras fiscais.

Apesar de defender uma atuação preventiva, o governo tem sido criticado por especialistas e pelo TCU (Tribunal de Contas da União) pela adoção de medidas que facilitam o cumprimento das regras fiscais, mas sem gerar alívio efetivo na trajetória da

dívida pública.

A lista inclui execução de políticas públicas por meio de fundos e exceções para realizar despesas fora da meta fiscal e do limite de despesas do arcabouço.

O governo ainda entrou na mira do TCU por mirar o piso da meta fiscal em suas decisões de segurar ou não despesas previstas no Orçamento. A corte de contas chegou a informar ao Executivo que tal conduta era irregular e que era necessário perseguir o centro da meta, o que forçaria uma contenção adicional.

O governo, contudo, conseguiu contornar a situação com uma mudança na LDO (Lei de Dire-



Entenda o mecanismo do 'faseamento'

TRAVA

'Faseamento' restringe a autorização de gastos ao longo do tempo para que o ritmo de execução das despesas seja compatível com a previsão de arrecadação

CONTA-GOTAS

A cada bimestre, o governo autoriza um limite de gastos que pode ser empenhado (momento em que o governo faz a reserva de recursos para quitar o débito no futuro), enquanto parcela dos recursos permanece temporariamente reservada. No bimestre seguinte, essa fatia pode ser liberada, conforme a atualização das estimativas de receita e des

canal uol

A TV QUE CONVERSA COM VOCÊ

Notícias, esportes, entretenimento e variedades.
24 horas por dia, com seus apresentadores favoritos.
Uma programação feita para informar, divertir
e acompanhar você diariamente.

Agora, tudo o que você mais gosta no digital está
também na TV por assinatura.



Assista ao Canal UOL

Claro TV (549), Vivo TV (613), Oi TV (140), Sky (88),
TVRO Embratel (546), Zapping (64), Samsung TV (2074),
Pluto TV e UOL Play.



